



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal

Relatório de Gestão Atuarial

Expediente

Governador do Distrito Federal
Ibaneis Rocha

Vice-Governadora do Distrito Federal
Celina Leão Hizim Ferreira

Diretora-presidente do Iprev-DF
Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretora de Governança, Projetos e Compliance
Sylvia Neves Alves

Diretora de Administração e Finanças
Célia Maria Ribeiro de Sales

Diretor de Previdência
Paulo Henrique de Sousa Ferreira

Diretor Jurídico
Luiz Gustavo Barreira Muglia

Diretor de Investimentos
Thiago Mendes Rodrigues

Controladoria
Márcio Eduardo de Moura Aquino

Unidade de Atuária
Jucelina Santana da Silva

Unidade de Comunicação Social
Jucélio Duarte Ponciano

Diagramação
Unidade de Comunicação Social

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão Atuarial tem como propósito assegurar maior transparência, credibilidade, organização e acesso às informações, proporcionando ao Gestor Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a população a capacidade de, em conformidade com as práticas de boa Governança Corporativa que orientam a Previdência Social, acompanhar anualmente a análise comparativa que abrange as informações contidas nas Reavaliações Atuariais dos últimos três exercícios. Além disso, o relatório oferece um comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e realizadas.

Para a elaboração deste relatório, foram empregados os resultados obtidos nos Demonstrativos de Resultado da Reavaliação Atuarial (DRAA) referente aos exercícios de 2022, 2023 e 2024, enviados à Secretaria da Previdência (SPREV). Esse processo visa fornecer uma visão abrangente do desempenho e das projeções do RPPS, possibilitando uma gestão mais informada e eficaz, alinhada aos princípios de responsabilidade e transparência na administração previdenciária.

NORMAS APLICADAS

As Reavaliações Atuariais seguem as normativas previdenciárias estabelecidas pela Constituição Federal, bem como a Resolução do Ministério do Trabalho e da Previdência Social – MTP 1.467/2022 a qual consolidou todas as diretrizes normativas relativas aos Regimes Próprios.

BASE DE DADOS

As bases de dados utilizadas no DRAA são posicionadas entre julho a dezembro do ano base de cada demonstrativo, com data focal em 31/12. Referente aos dados da execução orçamentária, as receitas e as despesas estimadas e executadas estão consideradas no exercício em análise.

A massa de segurados está segregada em 2 planos com data de corte em 26 de fevereiro de 2019, sendo:

Plano Financeiro para servidores entrantes até a data de corte, fundo fechado, com tendência ao envelhecimento e diminuição da massa de segurada ao longo do tempo.

Plano Previdenciário para servidores entrantes após a data de corte, fundo aberto, com tendência ao aumento da massa segurada ao longo do tempo.

Os dois planos, correspondem à totalidade de servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, de inativos e de pensionistas.

QUALIFICAÇÃO DO BANCO DE DADOS

A base cadastral é aquela onde constam todas as informações relativas aos participantes ativos e assistidos (tais como datas de nascimento, datas de admissão, datas de início de benefício, sexo, estado civil, número de dependentes, tempo de contribuição ao RGPS, valor do salário, valor do benefício, composição familiar, dentre outras). Uma base cadastral consistente nos levará aos resultados atuariais mais próximos à realidade do sistema em questão, sendo a inversa também verdadeira, ou seja, uma base de dados pobre e inconsistente causará vieses na análise, dada a necessidade de adoção de hipóteses conservadoras, causando aumentos nos custos do sistema.

A base cadastral utilizada nesta avaliação contém informações sobre os servidores ativos e aposentados do Distrito Federal, bem como dos dependentes destes servidores e, ainda, as informações cadastrais dos pensionistas. A tabela a seguir informa a data base em que foram gerados os dados, a data base em que foi realizada a avaliação atuarial e a data da elaboração da avaliação.

Ressalta-se que a base de dados enviada pelo Iprev possui qualidade satisfatória para a realização do cálculo atuarial, sendo que algumas informações foram estimadas dentro

dos princípios atuariais mais conservadores. O banco de dados cadastral foi analisado e as inconsistências encontradas foram corrigidas. As inconsistências e as respectivas premissas adotadas estão descritas nas tabelas a seguir.

MÉTODOS ATUARIAIS ADOTADOS

REGIMES FINANCEIROS

Fundo Financeiro

O regime atuarial utilizado nas reavaliações dos planos dos servidores vinculados no Fundo Financeiro é o Regime de Repartição Simples para todos os benefícios, este regime é caracterizado pela contemporaneidade entre as receitas e despesas previdenciárias. As alíquotas de contribuição são definidas a cada período de forma a custear integralmente os benefícios pagos no mesmo período e não há constituição de reservas e as receitas auferidas no período são integralmente utilizadas para o pagamento dos benefícios do mesmo período.

Fundo Previdenciário

O regime financeiro adotado nas reavaliações atuariais dos planos dos servidores vinculados ao Fundo Previdenciário é o de capitalização para todos os benefícios este regime pressupõe a formação de reservas financeiras que serão capitalizadas ao longo prazo, essas reservas são formadas pelas contribuições patronal do GDF e dos servidores, bem como dos rendimentos financeiros auferidos a partir do investimento em mercado dessas contribuições.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE HIPÓTESES

A análise de hipóteses desempenha um papel fundamental na modelagem atuarial, sendo essencial para a precisão das projeções financeiras e a avaliação dos riscos envolvidos. Este relatório apresenta uma visão geral das hipóteses analisadas e suas implicações para a gestão atuarial.

OBJETIVO

O objetivo principal deste Relatório de Análise de Hipóteses é avaliar a adequação das premissas utilizadas nas modelagens atuariais, identificando ajustes necessários que possam impactar os resultados financeiros e a gestão de riscos.

METODOLOGIA

A análise foi conduzida utilizando dados históricos e métodos estatísticos robustos. As principais etapas incluíram:

- Coleta e validação dos dados relevantes dos últimos 5 anos;
- Aplicação de testes estatísticos para a verificação das hipóteses;
- Uso de ferramentas de modelagem para simulações e projeções;

RESULTADOS

As premissas propostas foram aprovadas, e os resultados da análise revelam ajustes significativos em várias hipóteses. Abaixo, apresenta-se a tabela com as novas hipóteses selecionadas e seus impactos aplicados sobre o resultado da Avaliação Atuarial de 2024.

A premissas aprovadas serão implementadas na Avaliação Atuarial de 2025.

HIPOTESE	Atual	Proposta
Mortalidade de Válidos	AT-2000	IPEA-NS
Mortalidade de Inválidos	AT-83	IBGE2022
Entrada em invalidez	LIGHT MEDIA	MÜLLER
Rotatividade	0,00% ao ano	0,79% ao ano
Crescimento Salarial	Salários = 1,00% ao ano Benefícios = 0,00% ao ano	Salários = 1,00% ao ano Benefícios = 0,00% ao ano
Taxa de Juros real	5,02% ao ano	Para os próximos exercícios: O correspondente a taxa de juros parâmetro (art. 39 da Portaria MTP nº 1.467/2022), enquanto for superior a TIR calculada.

Plano Previdenciário	PREMISSA		
	Atual sem	Proposta sem	Proposta com
	rotatividade		
Discriminação	Valores(R\$)	Valores(R\$)	Valores(R\$)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)			
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)			
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	(7.809.638,33)	(7.809.638,33)	(7.809.638,33)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	695.323,72	695.323,72	695.323,72
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber			
(-) Valor Presente da Compensação Previdenciária a pagar			
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	- 7.114.314,61	- 7.114.314,61	- 7.114.314,61
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(4.683.199.308,58)	(4.714.371.417,64)	(4.148.574.330,57)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	3.973.889.391,94	4.023.829.317,49	3.738.122.573,65
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber	280.991.558,51	282.862.285,06	248.914.455,83
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	- 422.317.958,13	- 407.679.815,09	- 160.537.295,09
Provisões Matemáticas (PMBaC + PMBC)	- 474.412.777,74	- 414.794.129,70	- 171.851.609,70
(+) Ativo Financeiro do Plano	830.975.282,75	830.975.282,75	830.975.282,75
Resultado Técnico Atuarial	401.543.010,01	416.181.153,05	657.323.673,05

Plano Financeiro	PREMISSA		
	Atual sem	Proposta sem	Proposta com
		rotatividade	
Provisões Matemática	Valores(R\$)	Valores(R\$)	Valores(R\$)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	(98.074.265.967,86)	(98.071.319.902,92)	(988.071.319.902,92)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	10.474.702.134,91	10.474.342.107,06	10.474.342.107,06
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	(13.133.303.978,73)	(13.133.303.978,73)	(13.133.303.978,73)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	1.325.160.883,67	1.325.160.883,67	1.325.160.883,67
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber	6.433.669.387,68	6.385.461.592,52	6.385.461.592,52
(-) Valor Presente da Compensação Previdenciária a pagar	-	-	-
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	-92.974.037.540,33	-93.019.659.298,40	-93.019.659.298,40
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(101.912.090.075,89)	(104.187.831.308,57)	(99.165.615.953,82)
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	31.200.032.021,86	31.734.194.583,10	30.201.571.968,55
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber	5.380.525.401,72	5.579.862.015,08	5.380.196.637,52
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	-65.314.732.573,31	-66.873.774.769,79	-63.583.847.347,75
Provisões Matemáticas (PMBaC + PMBC)	-158.288.770.113,64	-159.893.434.068,19	-156.603.506.646,15
(+) Ativo Financeiro do Plano	685.226.575,69	685.226.575,69	685.226.575,69
(+) Valor do Saldo Devedor dos Créditos	-	-	-
Resultado Técnico Atuarial	-157.603.543.537,95	-159.208.207.492,50	-155.918.280.070,46

O Relatório de Análise de Hipóteses identificou que com a implementação do índice de rotatividade há um impacto financeiro sutilmente saudável a longo prazo no Plano Financeiro, em contrapartida no Plano Capitalizado observa-se uma maior sensibilidade ao índice de rotatividade impactando significativamente no resultado e melhorando à capacidade de atender às obrigações futuras.

As premissas aprovadas, especialmente quanto ao índice de rotatividade, mostram-se mais favoráveis para a saúde financeira do RPPS. A adoção de políticas que considerem esses resultados contribui para uma gestão mais eficiente e sustentável para o regime previdenciário. A contínua revisão e monitoramento das premissas atuarias e obrigações financeiras são fundamentais para garantir a adequação do plano às realidades econômicas e financeira do RPSS, não só da adoção as obrigações futuras, mas também melhora o resultado técnico atuarial.

Leia a integra do relatório em https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/relatorio_de_hipoteses_2024-versao_final

EVOLUÇÃO ATUARIAL

A seguir apresenta-se a evolução atuarial do Iprev-DF nos últimos três exercícios, fornecendo uma visão abrangente da situação financeira e atuarial do sistema. Os principais pontos de análise incluem:

- **Equilíbrio Financeiro e Atuarial:** o acompanhamento da evolução do equilíbrio financeiro e atuarial é crucial para avaliar se as receitas e despesas do RPPS estão alinhadas ao longo do tempo, assegurando a sustentabilidade do sistema.
- **Custos por Tipo de Benefício:** A análise quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício oferece insights sobre as principais fontes de despesas previdenciárias. Isso pode incluir a aposentadoria por tempo de contribuição, invalidez, pensões, entre outros.
- **Comportamento do Custo Previdenciário Total:** o entendimento da trajetória do custo previdenciário total é essencial para avaliar se o sistema está operando dentro de limites orçamentários aceitáveis e para identificar áreas que possam exigir ajustes.
- **Comparativo Receitas e Despesas:** a comparação entre as receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas oferece insights valiosos sobre a precisão das projeções, destacando discrepâncias e permitindo ajustes para períodos futuros.

Essa análise atuarial abrangente é uma ferramenta essencial para a gestão eficaz do RPPS, permitindo que os gestores tomem decisões de forma a garantir a saúde financeira

RESULTADO ATUARIAL

Na tabela **Evolução do Resultado Atuarial** é possível observar a evolução das Reservas Matemáticas, e dos ativos garantidores vinculados aos planos e seus respectivos resultados atuariais.

Observa-se uma melhora substancial no Resultado Atuarial, tanto do Plano Previdenciário quanto do Plano Financeiro. Essa evolução foi impulsionada principalmente pela adequação da taxa de juros de desconto atuarial, que, até 2022, era definida com base na meta da Política de Investimentos, e naquele ano, ficou estabelecido a taxa de 2,60% a.a. para ambos os planos.

A partir da Avaliação Atuarial de 2023, sua definição passou a seguir as diretrizes do artigo 39 da Portaria MTPS nº 1.467/2022.

“artigo 39. A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.”

Assim, a taxa de juros estimada para 2023 no Plano Previdenciário, considerando uma duração de 33,07 anos, foi de 4,89%. Para 2024, com uma duração reduzida para 28,80 anos, a taxa projetada é de 5,02%. Já no caso do Plano Financeiro, foi identificada uma duração de 22,03 anos, com uma taxa de 4,79%, que se mantém em 2024.

Evolução do Resultado Atuarial				
Plano	DRAA	2024	2023	2022
	Data focal 31 de Dezembro do ano	2023	2022	2021
Previdenciário	Taxa de Juros para desconto atuarial ao ano	5,02%	4,89%	2,60%
	Duration (em anos)	28,80	33,07	33,07
	Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	7.114.314,61	2.994.142,06	3.132.552,67
	Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	703.309.976,60	446.698.144,67	1.686.237.075,92
	Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	280.991.958,51	189.217.551,75	310.745.431,88
	Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	830.975.282,80	454.655.413,71	213.607.607,59
Resultado Atuarial	401.543.010,10	194.780.478,73	- 1.165.016.589,12	
Financeiro	Taxa de Juros para desconto atuarial ao ano	4,79%	4,79%	2,60%
	Duration (em anos)	22,03	22,03	22,03
	Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	93.407.706.928,00	93.700.786.016,89	149.880.800.445,25
	Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	70.703.258.055,00	65.796.504.554,83	208.751.882.805,56
	Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	11.822.194.869,40	9.952.400.131,21	21.978.900.770,96
	Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	685.226.575,70	121.118.890,59	194.088.042,18
Resultado Atuarial	-157.603.543.537,90	119.423.771.519,92	-336.459.694.411,67	

Plano Previdenciário

O plano apresentou um notável superávit, conforme indicado no Demonstrativo do Resultado Atuarial (DRAA) de 2024 (ano base 2023), totalizando R\$ 401 milhões. Esse resultado representa um incremento significativo de aproximadamente R\$ 206 milhões em relação ao exercício anterior. O incremento se deu por alteração na taxa atuarial de juros de desconto atuarial e o retorno de investimentos triplicando o saldo dos ativos garantidores, subindo de R\$ 213 milhões em 2022 para R\$ 830 milhões em 2024, um aumento de R\$ 617 milhões, consolidando a solidez financeira do plano.

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômica-atuarial do Plano Previdenciário do IPREV DF encontra-se superavitária, abrangendo tanto o aspecto atuarial quanto o financeiro.

Esses resultados indicam uma saúde financeira sólida, sugerindo uma gestão eficaz e a implementação de medidas que contribuirão para a sustentabilidade e superávit do sistema.

Plano Financeiro

Com base nas informações, observa-se um aumento no déficit da situação atuarial do Plano Financeiro em 2024 de aproximadamente 1,02%, mesmo frente a um aumento significativo dos ativos garantidores é um indicativo de maturidade do plano, impactado pelo aumento de aposentadorias.

No entanto, é importante mencionar que, considerando uma arrecadação total de contribuição mensal de em média R\$ 400 milhões e uma despesa mensal média de R\$ 800 milhões, para planos de regime financeiro simples, em que não há constituição de reservas,

a estratégia para cobrir esse déficit financeiro consiste em arrecadar o valor equivalente às Contribuições Normais, e a diferença entre a receita de contribuição e as despesas com pagamento de benefícios será coberta pelo Distrito Federal até a completa extinção, conforme art. 71 da lei 769/2008.

Essa abordagem destaca a necessidade de apoio financeiro adicional para cobrir o déficit, indicando a importância de avaliar continuamente as políticas de financiamento e as estratégias para garantir a sustentabilidade a longo prazo do sistema previdenciário dos servidores.

EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DA MASSA SEGURADA

O **Plano Previdenciário** mostra sinais positivos com o aumento aproximado de 79% do quantitativo de servidores ativos e de pensionistas em aproximadamente 83%, em contrapartida houve queda do salário médio dos ativos em aproximadamente 15% impactado pela diluição do valor devido ao aumento da quantidade de novos servidores, já os benefícios de pensão tiveram um aumento de aproximadamente 28%.

No **Plano Financeiro** constata-se a diminuição no número de ativos em aproximadamente 2,2% e um aumento sutil nas despesas com benefícios de aproximadamente 0,65%, porém indicando um cenário previamente desafiador, reflexo do de um plano fechado sem perspectiva de novos segurados, com isto a manutenção da saúde financeira dependerá de estratégias eficazes de arrecadação e controle de despesas.

Observa-se também que valor dos salários e benefícios médios, do Plano Previdenciário é inferior ao Plano Financeiro em aproximadamente 68%, devido a massa segurada ser mais jovem e estar no início da carreira, já o Plano Financeiro, conta com uma massa segurada mais madura, com sua maioria em fim de carreira.

Evolução quantitativa da massa segurada				
Plano		2024	2023	2022
		2023	2022	2021
Previdenciário	Quantitativo de Segurados			
	Ativos	9.944	5.575	4.918
	Inativos	-	-	-
	Pensionistas	11	6	5
	Salários e benefícios Médios			
	Ativos	5.932,52	6.971,90	5.819,35
	Inativos	0	-	-
	Pensionistas	4789,58	3.754,46	3.719,04
	Folhas de Salários e Benefícios Médios Total			
	Ativos	58.992.978,88	38.868.342,50	28.619.563,30
Inativos	-	-	-	
Pensionistas	52.685,38	22.526,76	18.595,20	
Financeiro	Quantitativo de Participantes			
	Ativos	69181	70.718	74.883
	Inativos	59426	59.001	57.470
	Pensionistas	13324	13.276	12.939
	Salários e benefícios Médios			
	Ativos	9963,85	9.307,6	8.160,17
	Inativos	10586,1	9.927,6	9.145,20
	Pensionistas	7373,18	6.940,2	6.310,78
	Folhas de Salários e Benefícios Médios Total			
	Ativos	689.309.106,85	658.212.028,08	611.058.010,11
Inativos	629.089.578,60	585.735.967,56	525.574.644,00	
Pensionistas	98.240.250,32	92.138.626,24	81.655.182,42	

CUSTO PREVIDENCIÁRIO

Em relação ao plano de custeio vigente para o Plano Financeiro, ressalta-se que os servidores ativos do Distrito Federal contribuem para o custeio dos benefícios com uma alíquota de 14,00% e 28,00%, respectivamente, sendo a contribuição do ente segmentada em 27,50% para o Custo Normal e 0,50% para a Taxa de Administração.

Ainda, os servidores aposentados e pensionistas contribuem com uma alíquota de 11,00% para os que recebem acima de 1 salário-mínimo até o valor vigente do teto dos benefícios pagos pelo Regime de Previdência, e 14,00% incidente apenas sobre a parcela dos proventos e pensões que excederem o teto do RGPS.

Em contrapartida as contribuições atualmente vertidas para o Plano Previdenciário, somam 42,00% (14,00% para o servidor e 28,00% para o Distrito Federal). Conforme o método de financiamento adotado na Reavaliação, o Custo Normal foi definido pelas alíquotas determinadas em Lei, recomenda-se manter o patamar contributivo atual.

Conforme definido na Emenda Constitucional nº. 103/2019, os Estados, Distrito Federal e municípios não poderão praticar alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, salvo na situação de ausência de déficit atuarial, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao INSS. Não obstante, foi estabelecido que não será considerada como ausência de déficit atuarial a implementação de segregação da massa ou a previsão em lei de plano de equacionamento de déficit.

Na tabela Evolução do custo previdenciário apresenta-se a evolução dos custos previdenciários, expondo resumidamente, o equivalente percentual do Custo Anual Previsto em relação a Base de Contribuição para o financiamento do regime de previdência do Distrito Federal.

Evolução do custo previdenciário				
Plano	DRAA	2024	2023	2022
	Ano Base	2023	2022	2021
	Custo Normal - % sobre Base de Contribuição	2024	2023	2022
Previdenciário	Aposentadoria Por Invalidez Permanente	4,21	4,03	0,16
	Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	23,14	18,40	19,84
	Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	1,34	1,25	1,06
	Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	8,10	13,11	13,39
	Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	4,23	4,24	4,79
	Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	0,48	0,47	2,26
Financeiro	Aposentadoria Por Invalidez Permanente	1,66	1,64	0,05
	Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	22,05	21,92	20,99
	Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	0,45	0,43	0,45
	Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	12,35	12,68	12,00
	Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	4,77	4,62	6,96
	Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	0,22	0,21	1,05

COMPARATIVO DE RECEITAS E DESPESAS - ESTIMADAS E EXECUTADAS

Vale ressaltar as definições quanto ao equilíbrio financeiro e equilíbrio atuarial a saber:

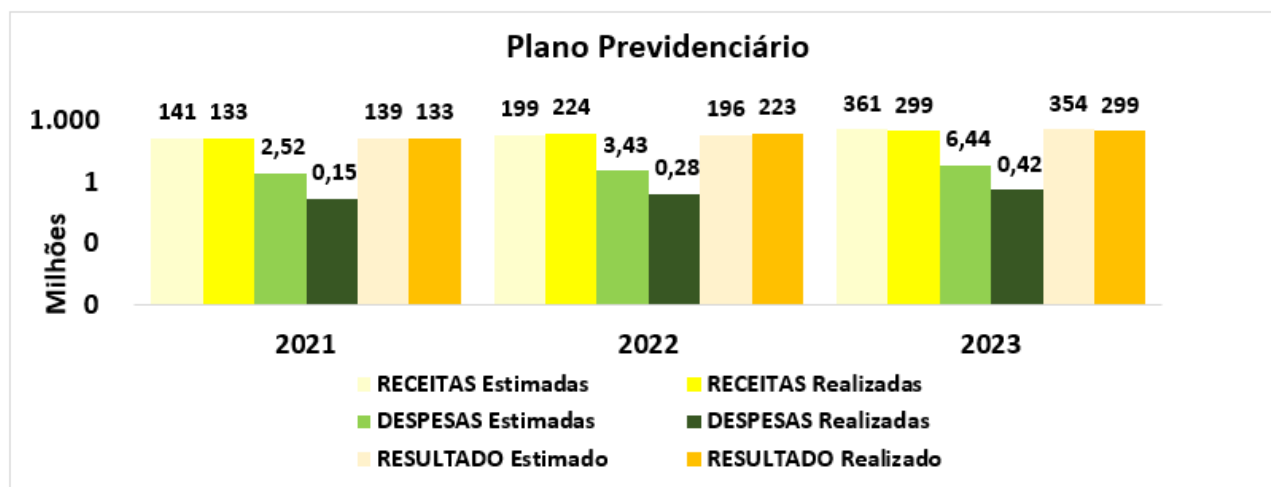
- **I - Equilíbrio Financeiro:** garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro;
- **II - Equilíbrio Atuarial:** garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo. Portanto, a expressão “equilíbrio financeiro e atuarial” é a garantia de que os recursos do RPPS serão suficientes para o pagamento de todas suas obrigações, tanto no curto prazo, a cada exercício financeiro, como no longo prazo, que alcança todo o seu período de existência.

Abaixo, demonstra-se graficamente o comparativo de receitas e despesas estimadas com base nos métodos e hipóteses atuariais para os exercícios analisados e as efetivamente executadas de acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do Governo do Distrito Federal relativo ao 6º bimestre de cada ano de análise.

Plano Previdenciário

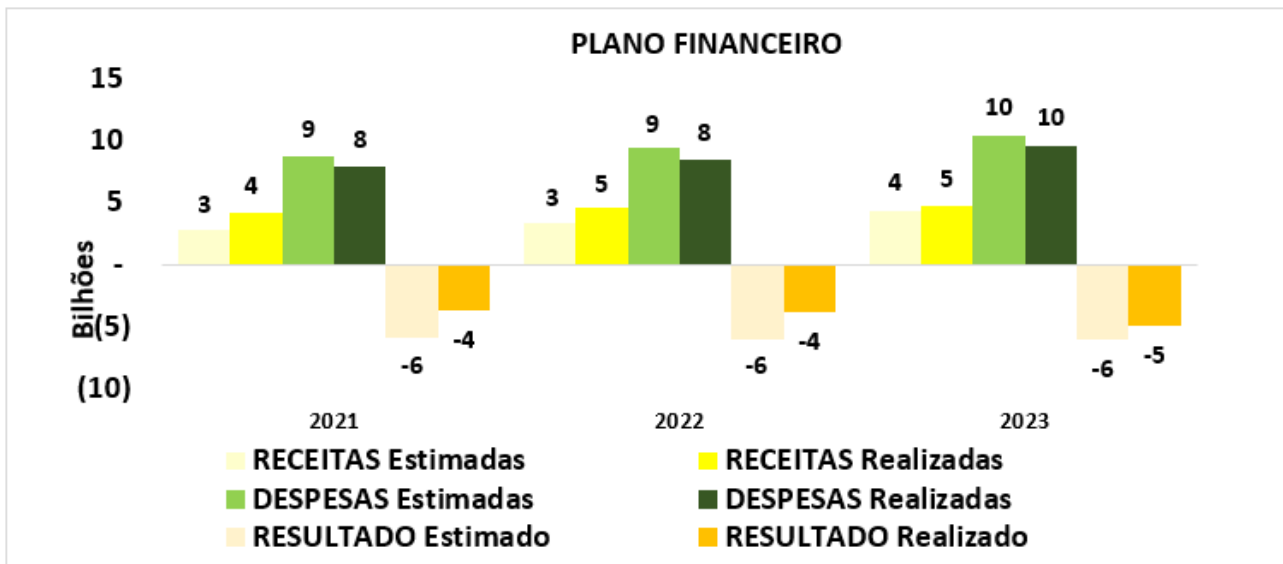
Para o ano de 2023, observa-se crescimento das receitas estimadas em relação as realizadas em 2022 de aproximadamente R\$ 100 milhões, impactando consideravelmente o resultado estimado em 2022 em relação ao realizado em 2023 em aproximadamente R\$ 102 milhões, reflexo dos ganhos relativo as receitas e despesas realizadas no período.

Vale ressaltar que o plano previdenciário está em fase inicial com tendência de crescimento exponencial conforme evidencia-se no gráfico abaixo.



Plano Financeiro

Para o ano de 2023, observa -se um acréscimo das receitas estimadas em relação a realizadas de aproximadamente R\$ 400 milhões, reflexo da entrada de novos servidores, em contrapartida houve um decréscimo das despesas realizadas em relação a estimadas de aproximadamente R\$ 758 milhões, impactando em redução do resultado déficit financeiro em aproximadamente R\$ 1 bilhão.



Instituto de Previdência do Distrito Federal – Iprev-DF
Unidade de Atuária - UAT

Plano de Trabalho Atuarial – 2025

1. INTRODUÇÃO

A Unidade de Atuária (UAT) do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) vem apresentar o Plano de Trabalho Atuarial – 2025 estabelecendo o planejamento de ações e atividades correlatas a serem realizadas no exercício de 2025 no âmbito do Iprev-DF.

A Unidade de Atuária, desenvolve uma gestão de forma estratégica na avaliação, no monitoramento e na projeção das obrigações previdenciárias, garantindo a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) a longo prazo. Nesse contexto, o Plano de Trabalho Atuarial/2025, terá como objetivo o aprimoramento contínuo da análise e manutenção dos dados atuariais, da elaboração de estudos técnicos e da formulação de políticas que contribuam para o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, assegurando a proteção dos benefícios dos segurados e a transparência nos processos de tomada de decisão.

2. FUNDAMENTAÇÃO

No âmbito do Iprev-DF as atribuições e competências da Unidade de Atuária foram instituídas pelo Decreto nº 39.381/2018 que dispõe sobre o Regimento Interno do instituto e dá outras providências.

O planejamento também está aderente aos requisitos do programa de certificação Pro-Gestão RPPS e Plano Estratégico do Iprev-DF de 2021-2025.

O Pró-Gestão RPPS é um programa instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, com o objetivo de orientar, supervisionar, fiscalizar e acompanhar os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) em sua instituição, organização e funcionamento, estabelecendo parâmetros e critérios que visam preservar o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS. Além disso, o programa auxilia os entes federativos na melhoria da gestão dos RPPS, aprimorando o controle dos ativos e passivos previdenciários e promovendo maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

3. ATORES E RESPONSÁVEIS

UNIDADE DE ATUARIA (UAT): Responsável gestão do passivo atuarial, através de análise crítica da base de dados, proposição e aprovação (em conjunto com o ente federativo), das hipóteses atuariais, biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas às características da massa de segurados e de seus dependentes.

ATUÁRIO: Responsável pela prestação de serviços de consultoria e avaliação atuarial, elaboração dos documentos atuariais exigidos, estudos complementares e envio dos resultados da Avaliação Atuarial à Secretaria de Previdência - SPREV.

Conselho de Administração (CONAD): Responsável pela aprovação e definição das políticas relativas a avaliação atuarial e demais relatórios de Gestão Atuarial.

CONSELHO FISCAL (COFINS): Dar parecer sobre o cumprimento do plano de custeio e a coerência dos resultados da avaliação atuarial, inclusive em relação às hipóteses.

GERÊNCIA DE RISCOS (GECRIS): Gerência ligada a Controladoria, controla os e gerencia os riscos do órgão.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (DIAFI): Unidade orgânica de comando e supervisão, participam de atividades relacionadas a contabilidade geral.

DIRETORIA EXECUTIVA (DIREX): Responsável pela proposição e aprovação (em conjunto com o ente federativo e o atuário do plano), das hipóteses atuariais: biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas às características da massa de segurados e de seus dependentes.

DIRETORIA DE GOVERNANÇA (DIGOV): Relaciona-se as entregas do Planejamento do Instituto.

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS (DIRIN): Responsáveis pela análise dos ativos, gestão de investimentos, acompanhamento dos índices de rentabilidade e riscos financeiros, e envio das informações patrimoniais à Consultoria Atuarial.

DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA (DIPREV): Responsáveis pelos assuntos previdenciários, subsidia a UAT com informações previdenciárias a partir de seus relatórios.

UNIDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (UCS): Responsáveis pela comunicação, diagramação e identidade da marca Iprev-DF.

4. ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

O Plano de Trabalho Atuarial para o exercício de 2025 possui como objetivos gerais:

- Envio da Avaliação Atuarial Anual de acordo com a exigência da Portaria MTP nº 1.467.
- Realizar o monitoramento e execução das ações que proporcionaram a Certificação Institucional de Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (PRÓ -GESTÃO RPPS) da Secretaria de Previdência;
- Envio da avaliação Atuarial Anual, visando a conformidade para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária.

As atividades a serem executadas pela Unidade de Atuária em 2025, estão resumidas com suas etapas, atores, prazos e níveis de responsabilidade, conforme especificado pelo Manual Pro-Gestão, no **Anexo 1** deste documento.

4.1 Avaliação Atuarial

Segundo a legislação a Avaliação Atuarial é um documento elaborado por um atuário com base nas normas técnicas que caracteriza o grupo de segurados e beneficiários, detalha os encargos e estima os recursos necessários, incluindo as alíquotas de contribuição para equilíbrio financeiro. O documento apresenta o valor dos fundos, das reservas técnicas e provisões matemáticas, além das projeções exigidas pela legislação.

Maior descrição do processo se encontra no Manual da Avaliação Atuarial documento de orientação sobre o processo produzido pela Unidade de Atuária do Instituto com base no normativo interno e externo, resumo do processo encontra-se no Anexo deste documento.

4.2 Relatório de Governança – Informações da Unidade de Atuária

Documento publicado no site do RPPS em que são evidenciadas as prestações de contas da gestão, instrumento de transparência ativa, que deverá ser previamente submetido ao conhecimento do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

As informações que devem constar no relatório que serão disponibilizados pela Atuária tem relação com a evolução da situação atuarial do regime, são eles:

- Custo previdenciário total,
- Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício, Evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial e do plano de custeio.

Os insumos para todas as informações citadas estão no documento Avaliação Atuarial.

A descrição do processo se encontra no Manual do Relatório de Governança documento de orientação sobre o processo produzido pela Unidade de Atuária do Instituto com base no normativo interno e externo, resumo do processo encontra-se no Anexo deste documento.

4.3 Relatório de Gestão Atuarial

O Relatório de Gestão Atuarial tem como propósito assegurar maior transparência, credibilidade, organização e acesso às informações, proporcionando ao Gestor Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

a capacidade de, em conformidade com as práticas de Governança Corporativa que orientam a Previdência Social. Além disso, acompanhar anualmente a análise comparativa o qual abrange as informações contidas nas Reavaliações Atuariais dos últimos três exercícios, além de oferecer um comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e realizadas.

A descrição do processo se encontra no Manual do Relatório de Gestão Atuarial documento de orientação sobre o processo produzido pela Unidade de Atuária do Instituto com base no normativo interno e externo, resumo do processo encontra-se no Anexo deste documento.

4.4 Gerenciamento dos Riscos Atuariais (SAEWEB)

Periodicamente a Unidade de Atuária tem a responsabilidade de realizar as atividades de avaliação, acompanhamento, registro e relato dos riscos atuariais de acordo com as definições do CIG/Iprev, preferencialmente utilizando o Sistema SAEWEB. Um dos artefatos desse trabalho é a elaboração do Relatório de Riscos Atuariais geridos por esta Unidade, onde nele serão realizadas as devidas alterações pertinentes a qualquer mudança no controle ou identificação de novos riscos relativos à parte atuarial.

Resumo do processo encontra-se no Anexo deste documento.

4.5 Contratação de Consultoria Atuarial (Elaboração das Avaliações Atuariais)

Anualmente, faz-se necessário de acordo com a legislação vigente a elaboração da Avaliação Atuarial e seus artefatos resultantes para os planos administrados pelos RPPS. As avaliações e reavaliações atuariais têm como objetivo dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Resumo do processo encontra-se no Anexo deste documento.

A contratação dos serviços descritos atenderão às necessidades legais em relação ao Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (Iprev-DF), envio anual da Avaliação Atuarial a SPREV, bem como atender ao item exigido pela legislação vigente quanto a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP e Nível IV do PRÓ-GESTÃO. Os serviços a serem executados são relativos à realização de estudos, elaboração de pareceres e assessoria técnica atuarial.

4.6 Construção do Plano de Trabalho Atuarial

Segundo o Manual Pró-Gestão RPPS o Plano de Trabalho Atuarial é o documento no qual devem estar elencadas todas as obrigações atuariais do RPPS com identificação do processo a ser seguido, responsáveis, nível de responsabilidade e participação de cada ator.

Resumo do processo encontra-se no Anexo deste documento.

4.7 PLDO E PLOA – Informações da Unidade de Atuária

A Unidade de Atuária, envia anualmente ao de atuária ao governo informações específicas relacionadas à Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e à Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), para integrar o planejamento e a previsão orçamentária do ente federativo.

Anualmente são enviadas as estimativas de receitas e despesas descrita no fluxo da Avaliação Atuarial.

4.8 Audiência Pública

A audiência pública é um espaço de diálogo entre o governo e a sociedade quanto à prestação de contas anual. Resumo do processo encontra-se no Anexo deste documento.

4.9 Demandas advindas do SEI

As demandas advindas do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a Unidade de Atuária envolvem solicitações relacionadas às avaliações e cálculos atuariais, projeções financeiras, e análise de dados para garantir a sustentabilidade do regime, essas demandas são pontuais. Resumo do processo encontra-se no Anexo deste documento.

4.10 Importação da base de dados SIGRH para o SIPREV

A importação da base de dados do SIGRH (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos) para o SIPREV (Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social) e executado com o intuito de melhoria na análise, atualização e a integridade das informações utilizadas nas avaliações atuariais e na gestão previdenciária.

4.11 Crítica mensal das bases de dados

A crítica mensal das bases de dados é uma prática fundamental para assegurar a qualidade, a precisão e a conformidade das informações utilizadas na gestão previdenciária e nas avaliações atuariais.

Em 2025 a Unidade de Atuária planeja iniciar a crítica mensal da base de dados dos órgãos. Resumo do processo encontra-se no Anexo deste documento.

5. VIGÊNCIA

O período da execução das atividades previstas, em conformidade com regulamento interno, compreenderá todo o ano de 2025.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Trabalho Atuarial – 2025 é um plano de ação que busca aderência à legislação dos RPPS e às orientações emanadas pelos órgãos de controle e fiscalização, elaborado pela Unidade de Atuária do Iprev-DF, com base no Regimento Interno e visando atingir-se os objetivos estabelecidos no Plano Estratégico 2021-2025 do Iprev-DF, além de buscar adesão ao Pro-Gestão.

Ressalta-se que a definição de objetivos e atividades não impede a realização/adição de novos objetivos e atividades fora do escopo traçado no Plano de 2025, alinhado com a missão do instituto, ordenamento interno e a legislação vigente.

Anexo 1

ATIVIDADES	PERIODICIDADE	ETAPAS	RESPONSÁVEIS	PROCEDIMENTOS	ATORES	NÍVEL DE RESPONSABILIDADE	PRAZOS	LEGISLAÇÃO
AVALIAÇÃO ATUARIAL	ANUAL	BASE DE DADOS	UAT	1)Verificar de layout de base de dados,	UAT, ÓRGÃOS	Alto, Alto	30/09/2025	MPT 1.467
				2)Solicita os dados aos órgãos externos				
				3)Crítica dos dados				
				4)Devolve aos órgãos para ajustes se necessário				
		ÓRGÃO	1)Analisa as críticas e efetua os ajustes se possível	UAT, ÓRGÃOS	Alto, Alto	15/10/2025		
		UAT	Enviar os dados a Consultoria Atuarial para crítica	UAT, ATUÁRIO	Alto, Alto	01/12/2025		
		Atuário	Devolve os dados com as críticas e propõem ajustes prudenciais de acordo com as regras estatísticas Enviar os resultados prévios para análise e validação junto a UAT	ATUÁRIO, UAT	Médio, Alto	18/12/2025		
		CONSTRUÇÃO DO RELATÓRIO	UAT	Analisa as críticas e devolve a Consultoria com a aceitação dos ajustes propostos	UAT, ATUÁRIO	Alto		
Atuário	Consultoria efetua os ajustes conforme aceitação da UAT		ATUÁRIO, UAT	-	-			

				e gera a prévia do Resultado das Provisões Matemáticas				
			Atuário	Iniciar as etapas de encaminhamento a SPREV.	Atuário	Alto	01/03/2025	
		DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS	UAT, DIAFI	Solicitar a contabilidade o registro das provisões matemáticas	UAT, DIAFI	Alto, Alto	01/04/2025	
			UAT	Elaborar Apresentação dos Resultados Atuariais, Plano de Custeio e enviar para PRESI, DIREX, CONFIS e CONAD.	UAT	Alto	15/04/2025	MPT 1.467, DECRETO 39.381/2018
			CONFIS	CONFIS - Emitir parecer acerca da coerência dos Resultados da Avaliação Atuarial.	COFINS	Alto	15/05/2025	
			CONAD	CONAD - Examinar e aprovar o Relatório da Avaliação Atuarial.	CONAD	Alto	15/05/2025	
			UAT, UCS	Encaminhar relatório para áreas internas interessadas e publicação no site.	UAT, UCS	Alto, Médio	30/05/2025	
RELATÓRIO DE GOVERNANÇA	TRIMESTRAL		ENVIO DA PARTE ATUARIAL DO RELATÓRIO	UAT	Pegar os insumos para o relatório	UAT, Atuário (via avaliação atuarial)	Alta, Médio	15/04, 15/07, 15/10, 15/12
		Construção do relatório nos moldes do Manual Pro-Gestão			UAT	Alta		

				Envio para DIGOV	UAT, DIGOV	Alta, Médio		
RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL	ANUAL	BASE DE DADOS	UAT	Extrair as informações	UAT, DIAFI, DIPREV, Atuário.	Alto, Baixo, Baixo, Alto.	15/07/2025	Manual Pro-Gestão
				Realizar a crítica quanto às informações recepcionadas, quando necessário.	UAT	Alto	22/07/2025	
		DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS		Elaborar o Relatório de Gestão Atuarial	UAT	Alto	29/07/2025	
		Encaminhar o Relatório de Gestão Atuarial as áreas relacionadas		UAT, DIREX, DIGOV, UCS, CONT	Alto, Alto, Baixo, Médio, Baixo	05/08/2025		
GERENCIAMENTO DOS RISCOS ATUARIAIS (SAEWEB)	CONTINUO, RELATÓRIO ANUAL	ANALISE DE RISCOS E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA	UAT	Avaliar os riscos identificados no último relatório disponibilizado a GECRIS.	UAT	Alto	31/01/2025	
			UAT	Atualizar os Riscos Identificados no Relatório e no SAEWEB.	UAT	Alto	31/01/2025	
		ENTREGA DOS RESULTADOS	UAT	Encaminhar o Relatório de Riscos atualizado a GECRIS atualizado considerando o período definido para a sua elaboração (formato doc e pdf via SEI).	UAT, CONT	Alto, Médio	22/11/2025	

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ATUARIAL	ANUAL	CONTRATAÇÃO	UAT	Solicita contratação preparando o Documento de Formalização de Demanda	UAT, DIAFI	Alto, Baixo	6 meses a partir da data do vencimento do contrato	Portaria 60/2020
			DIAFI	Procede com o processo interno de Contratação	DIAFI			
CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO ATUARIAL	ANUAL	DEFINIÇÕES E CONSTRUÇÃO	UAT	Definição das obrigações atuariais e atividades desejadas para o ano seguinte no RPPS	UAT	Alto	03/10/2025	Manual Pro-Gestão
			UAT	Identificação dos processos e responsáveis	UAT	Alto	10/10/2025	
			UAT	Estabelecimento dos prazos e construção do documento	UAT	Alto	16/10/2025	
		APROVAÇÃO	UAT, CONAD	Aprovação do Plano de Trabalho pelo Conselho Deliberativo do órgão	UAT, CONAD	Alto, Médio	03/11/2025	
PLDO	ANUAL	ENVIO	UAT, DIAFI	Envio da parte atuarial	UAT, DIAFI	Alto, Médio	É encaminhado até oito meses e meio antes do final do exercício financeiro.	Portaria 154/2024

PLOA	ANUAL	ENVIO	UAT, DIAFI	Envio da parte atuarial	UAT, DIAFI	Alto, Médio	É encaminhado até quatro meses antes do final do exercício financeiro.	Portaria 405/2024
AUDIÊNCIA PÚBLICA	ANUAL	PREPARAÇÃO	UAT	Construção da apresentação	UAT	Alto	Até o 1º trimestre do exercício	Manual Pro-Gestão
		APROVAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO	UAT	Envio e aprovação da apresentação a DIREX	UAT, DIREX	Alto, Médio		
			UAT, UCS	Envio da apresentação para diagramação ao manual da marca	UAT, UCS	Alto, Médio		
		APRESENTAÇÃO	UAT	Apresentação	UAT			
DEMANDAS ADVINDAS DO SEI	CONTINUO	CONTINUO	UAT	-	UAT	Alto	-	-
	MENSAL	BASE DE DADOS	UAT, ORGÃOS	Solicitação da base de dados dos órgãos	UAT, ÓRGÃOS	Alto, Alto	-	-

CRITICA DA BASE DE DADOS			UAT, ORGÃOS	Crítica e retorno da base de dados aos órgãos	UAT, ÓRGÃOS	Alto, Alto	-	-
IMPORTAÇÃO DA BASE DE DADOS	CONTINUO	EXTRAÇÃO E IMPORTAÇÃO	UAT	Extração de dados do SIGRH	UAT	Médio	-	-
				Importação dos dados no SIPREV				

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão atuarial no contexto dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) é um processo voltado para garantir a solvência das obrigações previdenciárias assumidas pelo ente. A solvência do regime é assegurada pela capacidade de alcançar equilíbrio financeiro a cada exercício e de demonstrar equilíbrio financeiro e atuarial a longo prazo para todos os períodos. Nesse sentido, é crucial realizar o acompanhamento dos resultados atuariais, das características da massa segurada e a adequação das estimativas efetuadas.

Certamente, toda modificação no conjunto de normas que regem a concessão de benefícios previdenciários e nas premissas atuariais utilizadas para calcular as obrigações financeiras relacionadas a esses benefícios tem impacto nas estimativas dos passivos atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Da mesma maneira, qualquer alteração na legislação tem efeito direto nos resultados atuariais e orçamentários das obrigações previdenciárias.

O acompanhamento da evolução dos resultados aqui apresentados, estão de acordo com os contextos regulatórios e de legislação vigentes em cada exercício, considerando os aspectos metodológicos e hipóteses atuarias, situações econômicas e financeiras próprias de cada avaliação.

O processo de Avaliação Atuarial adota hipóteses compatíveis com os limites impostos pela Portaria/MPT nº 1.467/2022, sendo mensurado por meio de metodologias em conformidade com a regulamentação pertinente e utilizando a técnica atuarial, além da adoção de hipóteses representativas da massa segurada, o dimensionamento do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (Iprev-DF) é embasado em uma fundamentação técnica robusta.

O cenário delineado nos resultados da avaliação atuarial proporciona elementos essenciais que auxiliam a gestão na escolha de medidas voltadas para assegurar a solvência do RPPS/DF.

Observação: Fundo constitucional – FCDF e Fundo Solidário Garantidor – FSG não apresentam modelos de estimação das receitas e despesas, por este motivo, não foram considerados no resultado estimado/realizado.

Ressalta-se que, conforme determinação do Acórdão nº 2938, adotado pelo Tribunal de Contas da União em Sessão Extraordinária de 12/12/2018 - Ata nº 50/2018 - Plenário, Relator Ministro José Múcio Monteiro. No referido Acórdão, segue a seguinte:

“9.3. determinar aos Ministério da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), realizem em conjunto a mensuração, o reconhecimento e a evidenciação no Balanço Patrimonial da União dos valores relativos ao passivo atuarial dos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal e dos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do distrito Federal, conforme previsto no art. 40 da CF/1988, bem como a inclusão no anexo de metas fiscais da LDO, nos termos do inciso IV do § 2º do art. 4 da Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Desta forma, os militares do Distrito Federal não foram considerados neste estudo, sendo que o respectivo passivo atuarial fora evidenciado no Balanço Patrimonial da União.



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal

Conheça mais em
www.iprev.df.gov.br